

**Cartório de Registro Civil
de Pessoa Jurídica de Campinas**

Rod. Campinense 73 • Centro • CEP 13020-300 • Campinas • SP
Fone/Fax: (19) 3294.3704 • Fone: (19) 3294.8519 3294.8526
E-mail: campocleixo.com.br • www.cartoriocampinas.com.br



Reg.Civil de PJ /Campinas
Microfilme 20472

ILMO. SR. OFICIAL DO 1º REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

JOSÉ ROBERTO PIERRE....., abaixo assinado
(nome por extenso)

Brasileiro, casado, Administrador de Empresa, Av. das Saudades, nº 549, aptº 11B, R.G. 13.763.815, C.P.F. 061.883.228-98.....
(nacionalidade, estado civil, profissão, residência, rua e nº, RG. ou CPF)

..... representante legal da APM – Colégio Técnico de Campinas.....

..... com sede à rua Culto à Ciência,
nº 177, Botafogo, requer de V.S.a seja averbação da alteração do novo estatuto social.....
(bairro) (registrado, averbado, arquivado)

..... o (a) inclusivo(a).
(Estatuto, Contrato Social, Alteração, Distrato, etc..)

REGISTRO(S) ANTERIOR(ES)

Nº.....

Campinas, 29 de agosto de 2008
José Roberto Pierre Cartório
Sta. Cruz

(Representante Legal)

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
Marmônia Spinola de Melo Pereira - Oficial
Rua Delfino Cintra, 404 - Centro - Campinas - SP - Fone: (19) 3232-9132

Porventura, por semelhança, à firma de JOSÉ ROBERTO PIERRE, no
documento seu valor econômico e seu fô.
Campinas, 29 de setembro de 2008. - Cod. (2008)7731420460201731
[PMT 1] (Total R\$ 2,75)

Autenticação feita na presença de:
José Roberto Pierre - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
Marmônia Spinola de Melo Pereira - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
Cinthia Souza - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
Cinthia Souza - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito

*CARTÓRIO SANTA CRUZ - DESDE 1875 REGISTRANDO CAMPINAS



Oficial Civil 2º Subdistrito Campinas S.
Marmônia Spinola de Melo Pereira - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
A presente documentação contém assinatura original e não apresentada
Valida somente com o selo de autenticidade
Companhia de Seguros Santa Cruz
29 SET. 2008
AUTENTICAÇÃO
0194AB363827

<input type="checkbox"/> Marcelo Luis Souza Pereira	<input type="checkbox"/> Substituto
<input type="checkbox"/> Nílson Ap. de Souza Ribeiro	<input type="checkbox"/> Externo
<input type="checkbox"/> Paula Coheris Pinto	<input type="checkbox"/> Externo
<input type="checkbox"/> Carmen Ap. de São Rodrigues	<input type="checkbox"/> Externo
<input type="checkbox"/> Silvia C. Moreira Bueno	<input type="checkbox"/> Externo
<input type="checkbox"/> Cleusa dos Souza Silveira	<input type="checkbox"/> Externo
<input type="checkbox"/> Rita Freitas R. S. F. Oliveira	<input type="checkbox"/> Externo

Reg.Civi de PJ /Campinas
Microfilme 20472

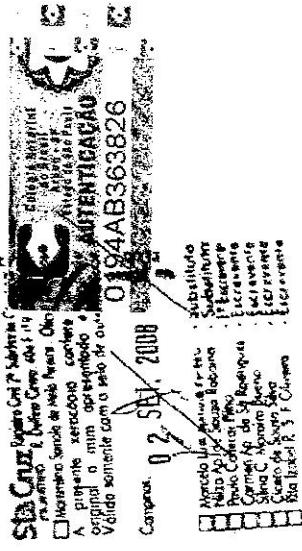
DIÁRIO DO PÓVO
CAMPINAS - DISTRIBUÍDO NO DIA 03 DE JULHO DE 2008

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

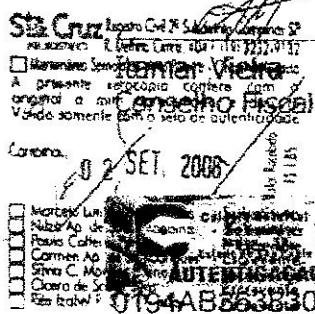
A Diretoria do Colégio Técnico da UNICAMP convoca os servidores, pais de alunos, conselheiros e membros da atual diretoria da APM, para em Assembleia Geral a realizar-se no dia 01 de agosto de 2008 (quinta-feira) às 18h, em primeira convocação e às 19h30m em segunda e última convocação, no Colégio Técnico de Campinas, para tratar dos seguintes:

1. Alteração do Estatuto Régio das Atividades e Deportes e Memória do Projeto Desafio 12.933, de 15 de junho de 1983, aprovado pelo Conselho Deliberativo.
2. Assuntos Gerais

Campinas, 03 de julho de 2008



1 ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO
2 COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS. Aos sete de agosto de dois mil e oito, reuniu-se, em
3 assembléia, associados e membros do conselho deliberativo da Associação de Pais e Mestres do
4 Colégio Técnico de Campinas, sob a presidência do professor CELSO AKIRA NISHIBE, na
5 presença dos seguintes conselheiros e associados: Alan César I. Yamamoto, Bruno César ap. de
6 Souza, Célia Regina Duarte, Guilherme Araújo Wood, Washington Luiz de P. Pereira, Neide
7 Dalarme Rober, Eduardo Rober Neto, Daiuza M. Moraes, Maria Ap. de Oliveira L. Cardoso A.
8 Pinheiro, Elaine Vannucchi Pierre, Elaine Doratiotto Churcill, Thebano Emilio de Almeida Santos,
9 Teresa Cristina Machado Alves, José Roberto Pierre, Itamar Vieira e Evangelista Alves Pinheiro.
10 Às dezenove horas, em primeira convocação, conforme edital publicado no Jornal Diário do Povo
11 de seis de julho de dois mil e oito, o professor Celso Akira Nishibe, deu início à reunião da
12 assembléia geral da Associação de Pais e Mestres do Colégio Técnico de Campinas, com a
13 apresentação do expediente. O Senhor José Roberto Pierre, diretor executivo do conselho
14 deliberativo, solicitou a palavra, informando que no próximo boletim da APM serão incluídas
15 notícias sobre a Semana de Ensino Médio e Técnico – SeEMTec, além do "colégio aberto" e
16 demais eventos que serão realizados em agosto e setembro. Não havendo mais inscritos ao
17 expediente, o professor Celso Akira Nishibe informou que os computadores adquiridos para
18 atualização tecnológica dos laboratórios de informática em número de setenta, foram recebidos
19 em 5 de agosto de 2008, através de compra realizada com recursos provenientes do Gabinete do
20 Reitor da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, informou ainda a previsão das
21 despesas a serem realizadas no mês de agosto de 2008 com apresentação da planilha de
22 despesas referente ao mês. Não havendo nada mais a informar, o professor Celso Akira Nishibe
23 passou a palavra ao Senhor José Roberto Pierre, diretor executivo da APM que deu início à
24 Ordem do Dia, agradecendo a presença de todos e apresentando os itens em pauta: a) Proposta
25 de Alteração do Estatuto da Associação de Pais e Mestres do Colégio Técnico de Campinas,
26 conforme o estabelecido pelo decreto 12.983 de 15 de dezembro de 1978, para atendimento dos
27 termos do decreto 50.576, de 3 de maio de 2006. b) Assuntos gerais. O Senhor José Roberto
28 Pierre, pediu permissão aos membros associados presentes, para mudança da ordem de
29 tratamento dos assuntos em pauta, que lhe foi dada. Tratou do item "b" da pauta apresentada,
30 descrevendo a necessidade de aprovação de confecção de blocos de fichas de sorteio neste mês,
31 para a "ação entre amigos" aprovada na reunião anterior. Não havendo destaques à proposta,
32 procedeu-se votação, resultando em aprovação unânime. O Senhor José Roberto Pierre passou a
33 palavra ao prof. Celso Akira Nishibe que procedeu ao tratamento do item "a" da pauta.
34 Esclarecendo que a necessidade da alteração do estatuto deve-se à necessidade de atender ao
35 decreto lei 50.576 de 3 de maio de 2006 e apresentou proposta com o texto que lhe dá nova
36 redação. Após leitura da proposta, solicitou aos presentes a manifestação quanto aos destaques.
37 Houve manifestação com sugestão de alteração do texto por parte de dois dos presentes.
38 Submeteu-se então à votação pela inclusão das sugestões apresentadas pelos dois associados. A
39 votação resultou em aprovação da inclusão das sugestões citadas, por unanimidade. Não havendo mais observações, prosseguiu-se à votação da proposta de alteração do estatuto com a
40 inclusão das sugestões apresentadas, sendo aprovada por unanimidade. Não havendo mais a
41 tratar, o professor Celso Akira Nishibe deu por encerrada a Sessão e, para constar, eu Itamar
42 Vieira, membro do Conselho Fiscal da Associação de Pais e Mestres do Colégio Técnico de
43 Campinas, lavrei e digitei a presente Ata. Campinas, 7 de agosto de 2008.
44



Celso Akira Nishibe

Presidente do Conselho

Deliberativo

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
Marília Spinola de Melo Perin - Oficial

Rua Delfino Cintra, 404 - Centro - Campinas - SP - Fone: (19) 3222-9132

José Roberto Pierre

Diretor Executivo

Sabádo, 02 de setembro de 2008, - Cód. [2016404614204630001752]
[R\$ 1,00] / total R\$ 2,75





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS**

Rua Culta à Ciência, 177 – Bairro Botafogo – Campinas / SP – CEP: 13020-060 – Caixa Postal 6139
Fone: (19) 3521 9900 Fax: (19) 3521 9925 CNPJ:46.068.425/0001-33 www.cotuca.unicamp.br



Assembléia Geral – 07/08/2008
Associação de Pais e Mestres do Colégio Técnico de Campinas da UNICAMP
Lista de Presença

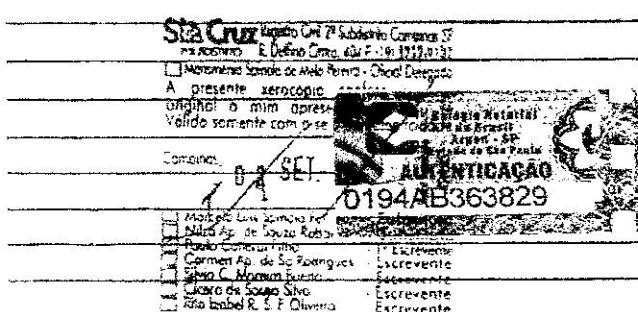
Nome

Alan César I. Yamamoto
Breno Léspre Ap. de Senzé
Celia Regine Oliveira
Geraldo Azevedo
G. Estevam dos Santos
Hélio J. Reis
Heidi J. Reis
Lulu Bonita
Márcia de Moraes
M. H. de Oliveira L. Carvalho FONSECA
Regina Jamnucchin Pierro
Elaine Donatete Churchill
Isaura Eunice da Almeida Santos
TERESA CRISTINA MAGALHÃES ALVES
JOSE ROBERTO PIERRO
CELSO AKIRA NISHIBE
Flávia Vilma
Evangelista Alves Pinheiro

Assinatura

Dear Mr. Wolf,
I collect shark
griegory
Miss M. C.
Neige B. Robe,
the Re. note
Dances
Bathurst
C. Edward Chisholm
already part
of our collection
How many more
I suggest
John G. Schaefer

Reg.Civil de PJ /Campinas
Microfiche 20472



Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
Mariângela Spindola de Melo Pereira - Oficial
Rua Delfino Cintra, 404 - Centro - Campinas - SP - Fone: (19) 3032-5132

Recado, por semelhança, à firme do JOSÉ MIGUEL PIERRE, de
documentos seu valor econômico e dou fé.
Campinas, VI de setembro de 2008. - Côn. [2617912714204200418701] 



35

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES
DO COLEGIO TÉCNICO DE CAMPINAS DA UNICAMP

CAPÍTULO I

Da Instituição, da Natureza e Finalidade da Associação de Pais e Mestres

SEÇÃO I
Da Instituição

Reg.Civil de PJ /Campinas
Microfilme 20472

Artigo 1º – A Associação de Pais e Mestres do COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS DA UNICAMP, fundado em 31 de outubro de 1979, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 51.310.381/0001-46 e Inscrição Estadual isenta, designada simplesmente APM, com sede na cidade de Campinas, SP, na Rua Culto à Ciência, nº 177, bairro Botafogo que, reger-se-á pelas presentes normas estatutárias.

SEÇÃO II
Da Natureza e Finalidade

Artigo 2º – A APM, instituição auxiliar da escola, terá por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade.

Artigo 3º – A APM, entidade com objetivos sociais e educativos, não terá caráter político, racial ou religioso e nem finalidades lucrativas.

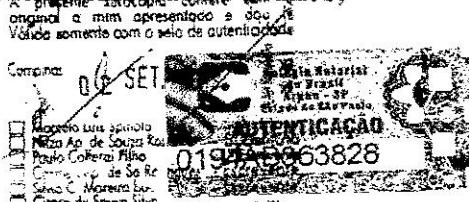
Artigo 4º – Para a consecução dos fins a que se referem os artigos anteriores, a APM se propõe a:

I. Colaborar com a direção do estabelecimento para atingir os objetivos educacionais colimados pela escola;

II. representar as aspirações da comunidade e dos pais de alunos junto à escola;

III. mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para auxiliar a escola, no que diz respeito:

- a) a melhoria do ensino;
- b) ao desenvolvimento de atividades de assistência ao escolar carente, na área sócio-econômica e de saúde;
- c) a conservação e manutenção do prédio, máquinas e equipamentos e das instalações técnicas;
- d) a programação de **atividades culturais e lazer** que envolvam a participação conjunta de pais, professores e alunos;



JL

IV. colaborar na programação do uso do prédio da escola pela comunidade, principalmente nos períodos ociosos;

V. favorecer a integração entre pais e professores;

Reg.Civil de PJ /Campinas
Microfilme 20472

VI. auxiliar na prestação de serviços à comunidade, colaborando no oferecimento de cursos de educação profissional de nível básico, promovendo eventos e outras atividades mediante retribuição financeira, por meio de convênios, parcerias, termo de cooperação ou de iniciativa própria.

Artigo 5º – As atividades a serem desenvolvidas para alcançar os objetivos especificados nos incisos do artigo anterior, deverão integrar a Proposta Pedagógica da Escola.

SEÇÃO III Dos Meios e Recursos

Artigo 6º – Os meios e recursos para atender os objetivos da APM, serão obtidos através de:

I. contribuição dos associados;

II. convênios e parcerias;

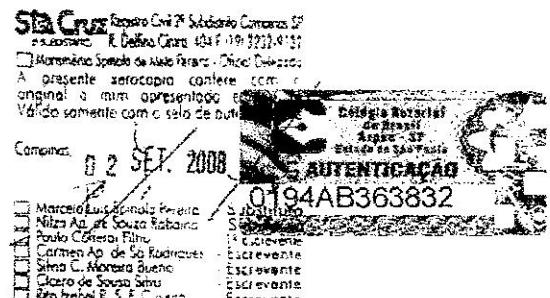
III. subvenções diversas;

IV. doações;

V. promoções diversas;

VI. retribuição pelos serviços e atendimento prestados à comunidade, na forma prevista pelo inciso VI do artigo 4º;

VII. outras fontes.



Artigo 7º – A contribuição a que se refere o inciso I do artigo anterior será sempre facultativa:

§ 1º o caráter facultativo das contribuições não isenta os associados do dever moral de, dentro de suas possibilidades, cooperarem para a constituição do fundo financeiro da Associação;

§ 2º no final de cada ano serão fixadas a forma e a época para a campanha de arrecadação das contribuições dos associados, para o período letivo subsequente;

[Handwritten signatures]

§ 3º as contribuições serão depositadas nas agências bancárias consoante orientações da Universidade Estadual de Campinas em conta vinculada à APM, que só poderá ser movimentada conjuntamente, pelo Diretor Executivo e Diretor Financeiro;

Artigo 8º – A aplicação dos recursos financeiros constará do Plano Anual de Trabalho da APM, integrando o plano escolar.

Parágrafo Único – A assistência ao aluno será sempre o setor prioritário da aplicação de recursos, excluindo-se aqueles vinculados aos convênios.

CAPÍTULO II Dos Associados, seus Direitos e Deveres.

SEÇÃO I Dos Associados.

Reg.Civil de PJ /Campinas
Microfilme 20472

Artigo 9º – O quadro social da APM, constituído por número ilimitado de associados, será composto de:

- I. associados natos;
- II. associados admitidos;
- III. associados honorários;

§ 1º serão associados natos, o Diretor do Colégio, o Vice-Diretor, os professores e demais integrantes dos núcleos de apoio técnico-pedagógico e administrativo da escola, os pais de alunos e os alunos maiores de 18 anos, desde que concordes;

§ 2º serão associados admitidos os pais de ex-alunos, os ex-alunos maiores de 18 anos, os ex-professores e demais membros da comunidade, desde que concordes e aceitos conforme as normas estatutárias;

§ 3º serão considerados associados honorários, a critério do Conselho Deliberativo, aqueles que tenham prestado relevantes serviços à educação e à APM.



SEÇÃO II

Dos Direitos e Deveres.

Artigo 10 – Constituem direitos dos associados:

Reg.Civil de PJ /Campinas
Microfilm 20472

- I. apresentar sugestões e oferecer colaboração aos dirigentes dos vários órgãos da APM;
- II. receber informações sobre a orientação pedagógica da escola e o ensino ministrado aos educandos;
- III. participar das atividades culturais, sociais, esportivas e cívicas organizadas pela APM;
- IV. votar e ser votado nos termos do presente Estatuto;
- V. solicitar, quando em Assembléia Geral esclarecimentos a respeito da utilização dos recursos financeiros da APM;
- VI. apresentar pessoas da comunidade para ampliação do quadro social;
- VII. pedir demissão quando julgar conveniente, protocolando junto à Secretaria da APM seu pedido de demissão.

Artigo 11 – Constituem deveres dos associados:

- I. defender, por atos e palavras, o bom nome da Escola e da APM;
- II. conhecer o Estatuto da APM;
- III. participar das reuniões para as quais forem convocados;
- IV. desempenhar, responsávelmente, os cargos e as missões que lhes forem confiados;
- V. concorrer para estreitar as relações de amizade entre todos os associados e incentivar a participação comunitária na escola;
- VI. cooperar, dentro de suas possibilidades, para a constituição do fundo financeiro da APM;



VII. prestar à APM, serviços gerais ou de sua especialidade profissional, dentro e conforme suas possibilidades;

VIII. zelar pela conservação e manutenção do prédio, da área do terreno e dos equipamentos escolares;

IX. responsabilizar-se pelo uso do prédio, de suas dependências e equipamentos, quando encarregados diretos da execução de atividades programadas pela APM.

Artigo 12 – A exclusão do associado do quadro social só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa perante a Diretoria Executiva e de recurso para o Conselho Deliberativo, que se reunirá em sessão extraordinária para apreciar o fato;

§ 1º o associado será cientificado, por escrito e pessoalmente, dos fatos que lhe são imputados e das consequências a que estará sujeito, para, no prazo de 15 (quinze) dias oferecer defesa e indicar, justificadamente, as provas que pretende produzir, cuja pertinência será aferida, de forma motivada, pela Diretoria Executiva;

§ 2º decorrido 'in albis' o prazo previsto no parágrafo anterior, ou produzidas as provas deferidas pela Diretoria Executiva, será o associado notificado, pessoalmente, para oferecer suas razões finais, no prazo de 07 (sete) dias, dirigidas à Diretoria Executiva, que decidirá, motivadamente, no prazo de 20 (vinte) dias, comunicando a decisão ao Conselho Deliberativo;

§ 3º intimado o associado, pessoalmente, da decisão, poderá interpor recurso no prazo de 15 (quinze) dias, dirigido ao Conselho Deliberativo, que decidirá, de maneira motivada, no prazo de 20 (vinte) dias;

§ 4º os prazos para apresentação de defesa, razões finais e interposição do recurso serão contados por dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento;

§ 5º considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento ocorrer em sábado, domingo ou feriado;

§ 6º os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a intimação.



5

198

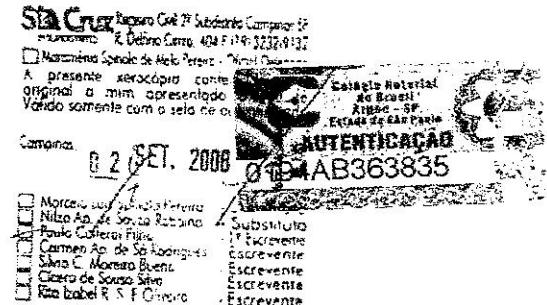
CAPÍTULO III Da Administração

SEÇÃO I Dos Órgãos Diretores

Reg.Civil de PJ /Campinas
Microfilme 20472

Artigo 13 – A APM será administrada pelos seguintes órgãos:

- I. Assembléia Geral;
- II. Conselho Deliberativo;
- III. Diretoria Executiva;
- IV. Conselho Fiscal.



Artigo 14 – A Assembléia Geral será constituída pela totalidade dos associados:

§ 1º a Assembléia será convocada e presidida pelo Diretor da Escola;

§ 2º a Assembléia realizar-se-á, em primeira convocação, com a presença de mais da metade dos associados ou, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número;

§ 3º para as deliberações é exigido voto concorde da maioria dos presentes à Assembléia.

Artigo 15 – Cabe à Assembléia Geral:

- I. eleger e destituir membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- II. apreciar o balanço anual e os balancetes semestrais, com o parecer do Conselho Fiscal e aprovar as contas;
- III. propor e aprovar a época e a forma das contribuições dos associados, obedecendo ao que dispõe o artigo 7º do presente Estatuto;
- IV. reunir-se, ordinariamente, pelo menos 01 (uma) vez a cada semestre;

[Handwritten signatures and initials, including a large stylized 'J' and a smaller 'W' with a '6' below it.]

V.- reunir-se, extraordinariamente, convocada pelo Diretor do Colégio ou por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Deliberativo ou por 1/5 (um quinto) dos associados;

VI. destituir os administradores eleitos;

Reg.Civil de PJ /Campinas
Microfilme 20472

VII. deliberar sobre alteração do Estatuto.

Parágrafo Único – A destituição de administradores e a alteração do Estatuto, será deliberada em Assembléia Geral, convocada especialmente para tal fim.

Artigo 16 – O Conselho Deliberativo deverá ser constituído de, no mínimo, 11 (onze) membros:

§ 1º o Diretor da Escola será o seu presidente nato;

§ 2º os demais componentes, eleitos em Assembléia Geral, obedecerão as seguintes proporções:

- a) 30% dos membros serão professores;
 - b) 40% dos membros serão pais de alunos;
 - c) 20% dos membros serão alunos maiores de 18 anos;
 - d) 10% dos membros serão associados admitidos;

§ 3º não sendo atingidas as proporções enumeradas nas alíneas "c" e "d" do parágrafo anterior, as vagas serão preenchidas, respectivamente, por elementos da escola e pais de alunos, na proporção fixada no parágrafo anterior;

§ 4º os professores com filhos matriculados na Escola somente poderão integrar o segmento professor.

Artigo 17 – Cabe ao Conselho Deliberativo:

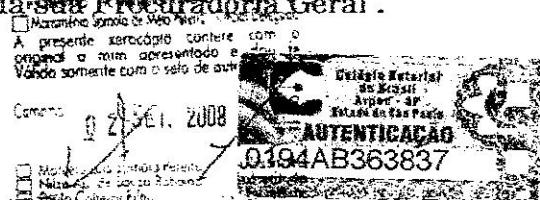
I. divulgar a todos os associados os nomes dos eleitos na forma do artigo 15, inciso I, bem como as normas do presente estatuto, para conhecimento geral;

II. deliberar sobre o disposto no artigo 4º, no inciso IV do artigo 32 e artigo 44;

III. aprovar o Plano Anual de Trabalho e o Plano de Aplicação de Recursos;

IV. participar do Conselho de Escola, através de um de seus membros, que deverá ser, obrigatoriamente, pai de aluno;

V. realizar estudos e emitir pareceres sobre questões omissas no Estatuto, submetendo-o à apreciação dos órgãos superiores da Universidade Estadual de Campinas e da sua Procuradoria Geral.



VI. emitir parecer sobre as contas apresentadas pela Diretoria Executiva, submetendo-as à apreciação da Assembléia Geral;

VII. reunir-se, ordinariamente, pelo menos 01 (uma) vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado, a critério de seu Presidente ou de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Parágrafo Único – As decisões do Conselho Deliberativo só terão validade se aprovadas por maioria absoluta (1^a convocação) ou maioria simples (2^a convocação) de seus membros.

Artigo 18 – Cabe ao Presidente do Conselho Deliberativo:

I. convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral e do Conselho Deliberativo;

II. indicar um Secretário, dentre os membros do Conselho Deliberativo;

III. informar os Conselheiros sobre as necessidades da escola e dos alunos.

Artigo 19 – O mandato dos Conselheiros será de 01 (um) ano, sendo permitida a recondução por mais 02 (duas) vezes.

Parágrafo Único – Perderá o mandato o membro do Conselho Deliberativo que faltar a duas reuniões consecutivas sem causa justificada.

Artigo 20 – A Diretoria Executiva da APM será composta de:

I. Diretor Executivo;

II. Vice-Diretor Executivo;

III. Secretário;

IV. Diretor Financeiro;

V. Vice Diretor Financeiro;

VI. Diretor Cultural;

VII. Diretor de Esportes;



J. M. J. C. S.

Comprova:

02 SET 2008

- Marcos Luiz Góes - Presidente
 Nilton Ap. de Souza Vacaria
 Nelson Colletta Ribeiro
 Carmem Ap. de Sg. Rodrigues
 Silvana Moreira Bueno
 Clárcio de Souza Silva
 Ana Izabel P. S. Oliveira

Certidão Inteiramente
Assinada em 02 SET 2008
EXCELENTE Selo de Validade
VALIDAÇÃO
004AB363839

- Excrevente
- Excrevente
- Excrevente

VIII. Diretor Social;

IX. Diretor de Patrimônio:

§ 1º cada Diretor poderá acumular até duas Diretorias, com exceção dos cargos discriminados nos itens I, II, III, IV e V;

§ 2º é vedada a indicação de alunos, para comporem a Diretoria Executiva, exceto se maior de 18 anos, e exclusivamente para as funções previstas nos incisos III, VI, VII e VIII.

Reg.Civil de PJ /Campinas

Microfilme 20472

Artigo 21 – Cabe à Diretoria Executiva:

I. elaborar o Plano Anual de Trabalho, submetendo-o à aprovação do Conselho Deliberativo;

II. colocar em execução o Plano aprovado e mencionado no inciso anterior;

III. dar à Assembléia Geral conhecimento sobre:

- a) as diretrizes que norteiam a ação pedagógica do Colégio;
- b) as normas estatutárias que regem a APM;
- c) as atividades desenvolvidas pela Associação;
- d) a programação e aplicação dos recursos do fundo financeiro;

IV. elaborar normas para a concessão de auxílios diversos aos alunos carentes;

V. depositar em conta da APM, em estabelecimento de crédito oficial, todos os valores recebidos;

VI. tomar medidas de emergência, não previstas no Estatuto, submetendo-as ao "referendo" do Conselho Deliberativo;

VII. reunir-se, ordinariamente, pelo menos 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, a critério de seu Diretor Executivo ou por solicitação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Parágrafo Único – A fixação das prioridades para aplicação dos recursos do fundo financeiro deverá ser submetida à apreciação do Conselho de Escola.

Artigo 22 – Compete ao Diretor Executivo:

I. representar a APM ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II. convocar as reuniões da Diretoria Executiva, presidindo-as;

13
Paulo 29

- III. fazer cumprir as deliberações do Conselho Deliberativo;
- IV. apresentar ao Conselho Deliberativo relatório semestral das atividades da Diretoria;
- V. admitir e/ou dispensar pessoal de seu quadro, obedecidas as decisões do Conselho Deliberativo;
- VI. movimentar, conjuntamente com o Diretor Financeiro, os recursos da Associação;
- VII. visar as contas a serem pagas;
- VIII. submeter os balancetes semestrais e o balanço anual ao Conselho Deliberativo e Assembléia Geral, após apreciação escrita do Conselho Fiscal;
- IX. rubricar e publicar em quadro próprio da APM, os balancetes semestrais e o balanço anual.

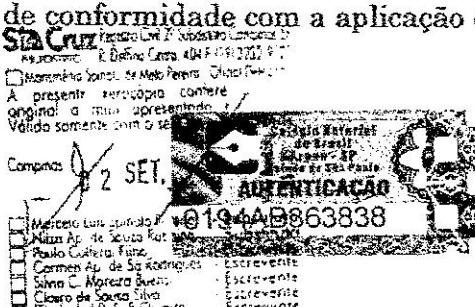
Artigo 23 – Compete ao Vice-Diretor Executivo auxiliar o Diretor Executivo e substituí-lo em seus impedimentos eventuais.

Artigo 24 – Compete ao Secretário:

- I. lavrar as atas das reuniões e Assembléias Gerais;
- II. redigir circulares e relatórios e encarregar-se da correspondência social;
- III. assessorar o Diretor Executivo nas matérias de interesse da Associação;
- IV. organizar e zelar pela conservação do arquivo da APM;
- V. organizar e manter atualizado o cadastro dos associados da APM.

Artigo 25 – Compete ao Diretor Financeiro:

- I. subscrever com o Diretor Executivo os cheques da conta bancária da APM;
- II. efetuar, através de cheques nominais, os pagamentos autorizados pelo Diretor Executivo, de conformidade com a aplicação de recursos planejada;



III. apresentar ao Diretor Executivo os balancetes semestrais e balanço anual, acompanhado dos documentos comprobatórios de receita e despesa;

IV. informar os órgãos diretores da APM sobre a situação financeira da Associação;

V. promover concorrência de preços, quanto aos serviços e materiais adquiridos pela APM; e

VI. arquivar notas fiscais, recibos e documentos relativos aos valores recebidos e pagos pela Associação apresentando-os para elaboração da escrituração contábil.

Artigo 26 – O cargo de Diretor Financeiro será sempre ocupado por pai de aluno.

Artigo 27 – Compete ao Vice-Diretor Financeiro auxiliar o Diretor Financeiro e substituí-lo em seus impedimentos eventuais.

Artigo 28 – Cabe aos Diretores Cultural, Esportivo e Social promoverem a integração escola-comunidade através de atividades culturais, esportivas, sociais e assistenciais, assessorados nas atividades a serem desenvolvidas, pelos professores da Escola:

§ 1º o Diretor Social poderá ser assessorado pelos membros do Conselho de Escola;

§ 2º serão prioritárias as atividades de assistência ao aluno.

Artigo 29 – Cabe ao Diretor de Patrimônio manter entendimentos com a Direção da Escola no que se refere à:

I. aquisição de materiais, inclusive didáticos;

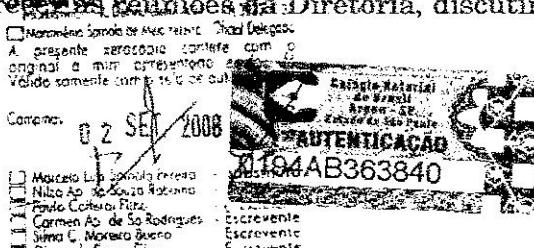
II. manutenção e conservação do prédio e de equipamentos;

III. supervisão dos serviços contratados.

Parágrafo Único – O Diretor de Patrimônio poderá ser assessorado pelos membros do Conselho de Escola.

Artigo 30 – Os Diretores terão, ainda, por função:

I. comparecer às reuniões da Diretoria, discutindo e votando;



II. estabelecer contato com as outras APM's ou entidades oficiais e particulares;

III. constituir comissões auxiliares com vistas à descentralização de suas atividades;

IV. elaborar contratos e celebrar convênios com a aprovação do Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único - A Diretoria Executiva poderá elaborar contratos e celebrar convênios, nos termos do Artigo 6º, com a aprovação do Conselho Deliberativo.

Artigo 31 - O mandato de cada Diretor será de 01 (um) ano, sendo permitida sua recondução, mais uma vez para o mesmo cargo:

§ 1º perderá o mandato o membro da Diretoria que faltar a três reuniões consecutivas, sem causa justificada;

§ 2º no caso de impedimento ou substituição de qualquer membro da Diretoria, o Conselho Deliberativo tomará as devidas providências.

Artigo 32 - O Conselho Fiscal, constituído de 03 (três) elementos, sendo 02 (dois) pais de alunos e 01(um) representante do quadro administrativo ou docente da Escola, tem por atribuição:

I. verificar os balancetes semestrais e balanços anuais apresentados pela Diretoria, emitindo parecer por escrito;

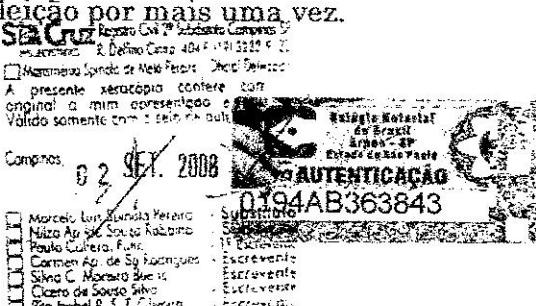
II. assessorar a Diretoria na elaboração do Plano Anual de Trabalho na parte referente à aplicação de recursos;

III. examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Diretoria Financeira;

IV. dar parecer, a pedido da Diretoria ou Conselho Deliberativo sobre resoluções que afetem as finanças da APM;

V. solicitar ao Conselho Deliberativo, se necessário, a contratação de serviços de auditoria contábil.

Parágrafo Único - O mandato dos Conselheiros será de um ano, sendo permitida a reeleição por mais uma vez.



Artigo 33 – O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada semestre e, extraordinariamente, mediante convocação da maioria de seus membros ou Diretoria Executiva.

CAPÍTULO IV Da Intervenção

Reg Civil de PJ /Campinas
Micropelícula 20472

Artigo 34 – Sempre que as atividades da APM venham a contrariar as finalidades definidas neste Estatuto ou ferir a legislação vigente, poderá haver intervenção, mediante solicitação da Direção da Escola ou de membros da Associação às autoridades competentes:

§ 1º o processo regular de apuração dos fatos será feito pelos órgãos competentes da Universidade Estadual de Campinas;

§ 2º a intervenção será determinada pela Procuradoria Geral da Universidade Estadual de Campinas.

CAPÍTULO V Das Disposições Finais

Artigo 35 – O Diretor da Escola poderá participar das reuniões da Diretoria Executiva, intervindo nos debates, prestando orientação ou esclarecimento, ou fazendo constar em Atas seus pontos de vista, mas sem direito a voto.

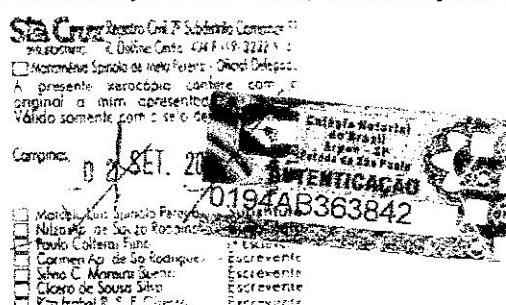
Artigo 36 – É vedado aos Conselheiros e Diretores:

- I. receber qualquer tipo de remuneração; e
- II. estabelecer relações contratuais com a APM, deles próprios e de parentes até o 2º grau ou cônjuge.

Artigo 37 – Ocorrida vacância de cargos do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Executiva, o preenchimento dos mesmos processar-se-á por decisão dos membros do respectivo órgão deliberativo que se reunirá para este fim.

Parágrafo Único – O preenchimento a que se refere este artigo visa tão somente à conclusão de mandato da vaga ocorrida.

Artigo 38 – Serão afixados em quadro de avisos, os planos de atividades, notícias e atividades da Associação, convites, convocações e prestações de contas.



三

Artigo 39 – O balanço anual será submetido à apreciação do Conselho Fiscal, que deverá manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, e até 10 (dez) dias antes da convocação da Assembléia geral.

Artigo 40 – O Edital de convocação da Assembléia Geral, com cinco dias de antecedência da reunião, conterá:

- a) dia, local e hora da 1^a e 2^a convocações;
 - b) ordem do dia;

Reg.Civil de PJ /Campinas
Microfilm 20472

§ 1º além de ser afixado no quadro de avisos da escola, será obrigatório o envio de circular aos associados:

§ 2º a convocação da Assembléia Geral e dos demais órgãos deliberativos far-se-á na forma deste estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

Artigo 41 – A APM deverá ser devidamente registrada junto aos órgãos públicos competentes.

Artigo 42 – No exercício de suas atribuições, a APM manterá rigoroso respeito às disposições legais, de modo a assegurar a observância dos princípios fundamentais que norteiam a filosofia e políticas educacionais do Estado.

Artigo 43 – Cabe a APM deliberar sobre a administração direta ou indireta da cantina escolar e outros órgãos, assim como, sobre a aplicação de seus recursos priorizados pelo Conselho de Escola, respeitando-se parâmetros contratuais da Universidade.

Artigo 44 – Os bens permanentes doados à APM ou por ela adquiridos serão identificados, contabilizados, inventariados e integrarão o seu património.

Parágrafo Único – Os bens adquiridos com recursos públicos, deverão ser transferidos para integrar o patrimônio do estabelecimento de ensino.

Artigo 45 – A APM terá prazo indeterminado de duração e somente poderá ser dissolvida, por deliberação da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, obedecidas as disposições legais.

Parágrafo Único – A APM. Poderá ser extinta nas hipóteses abaixo indicadas:

1. desativação da Unidade Escolar;
 2. transferência da Unidade Escolar para outro município.

SIA Cruz Registro Civil 3º Sessante (Centena)	
Av. Presidente Vargas, 2 - Centro Caxias (RJ) 25210-000	
<input checked="" type="checkbox"/> Identificação fornecida por meio de RG A presente fotocópia "cor" original a menor apresentada Valido somente com o selo da Concessão	
 AUTENTICAÇÃO 019-NAB363841	
01/08/2004	
1.º Andar - Rua General Peres Número 25 - Centro Robótica Rodolfo Coletta, Fluminense Carmen Ac. de Sa Resende São José do Rio Preto - SP CEP: 15300-000	Substituto Excremente Excremente Excremente Excremente

Artigo 46 – Os membros não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais assumidas em nome da APM.

Artigo 47 – Em caso de dissolução, os bens da APM passarão a integrar o patrimônio do COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS DA UNICAMP, obedecida a legislação vigente.

Artigo 48 – Qualquer modificação e/ou adendo neste Estatuto deverá ser submetida ao Conselho Deliberativo do COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS DA UNICAMP.

Reg.Civil de PJ /Campinas
Microfilme 20472

Campinas, 07 de agosto de 2008.

Diretor Executivo
José Roberto Pierre

Advogados:

Maria Aparecida de Oliveira, Luz Cardoso Alves Pinheiro

~~QARSP R° 46 94~~

~~Evangelista Alves Pinheiro~~
OAB/SP nº 113.825

Legislação:

- Lei 1490, de 12/12/1977 – Disciplina o funcionamento das APMs e dá providências correlatas;
 - Decreto 12983, de 15/12/1978 – Estabelece o Estatuto-Padrão das APMs;
 - Decreto 48408, de 06/01/2004 – Altera e acrescenta dispositivos que especifica ao Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres – APM, estabelecido pelo Decreto n.º 12.983, de 15 de dezembro de 1978 e dá providências correlatas;
 - Decreto 50576, de 03/05/2006 – Altera o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres, estabelecido pelo Decreto n.º 12.983, de 15 de dezembro de 1978, e dá providência correlata.

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
Mariângela Spólna de Melo Pereira - Oficial
Rua Delfino Cintra, 484 - Centro - Campinas - SP - Fone: (19) 3232-8132

Recomenda, por semelhante, a firma de JOSÉ ROBERTO PIERRE, rebaixando seu valor excessivo e seu fértil. Campinas, 02 de setembro de 2008. - FAX: (19) 3113-9611/3045-0123
Assinado digitalmente por JOSÉ ROBERTO PIERRE

Entregue para: Marcos Luiz e Linda Freire - Oficial Federal
Fábio Góeski Ribeiro - 1º Deverende Aracaju
Alcione Lima de Almeida Moraes - Deverende Aracaju

 MEC - Ministério da Educação

0194AA211751